



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. – Apoio às Juntas de Freguesia de:

- f) - Todas as Juntas de Freguesia no fornecimento de uma carrada de areia para cada cemitério do concelho; PG – 287242**

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** o apoio a **todas as Juntas de Freguesia no fornecimento de uma carrada de areia para cada cemitério do concelho.**

Votação:

Aprovada por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

- 4. – Cedência de varredora mecânica à União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede na sequência da delegação de competências na área da limpeza urbana; PG – 289868**

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar a Cedência de varredora mecânica à União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede na sequência da delegação de competências na área da limpeza urbana.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5. – Revogação da delegação de competências do protocolo entre o Município e a então Freguesia de Rossio ao Sul do Tejo, sobre a construção da Unidade de Saúde Familiar de Rossio ao Sul do Tejo; PG – 283508

Deliberação: Considerando o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** o **Revogação da delegação de competências do protocolo entre o Município e a então Freguesia de Rossio ao Sul do Tejo, sobre a construção da Unidade de Saúde Familiar de Rossio ao Sul do Tejo.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

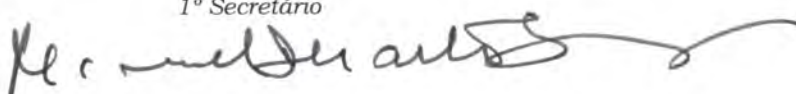
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6. – IMI 2016 – Proposta de Listagem dos Imóveis Degradados, eventualmente sujeitos a majoração do Imposto Municipal sobre Imóveis; PG - 289316

Deliberação: Considerando o disposto na alínea d), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na atual redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **fixar a majoração de 30% da taxa de IMI referente aos prédios urbanos degradados conforme a identificação constante da informação e listagem anexas.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

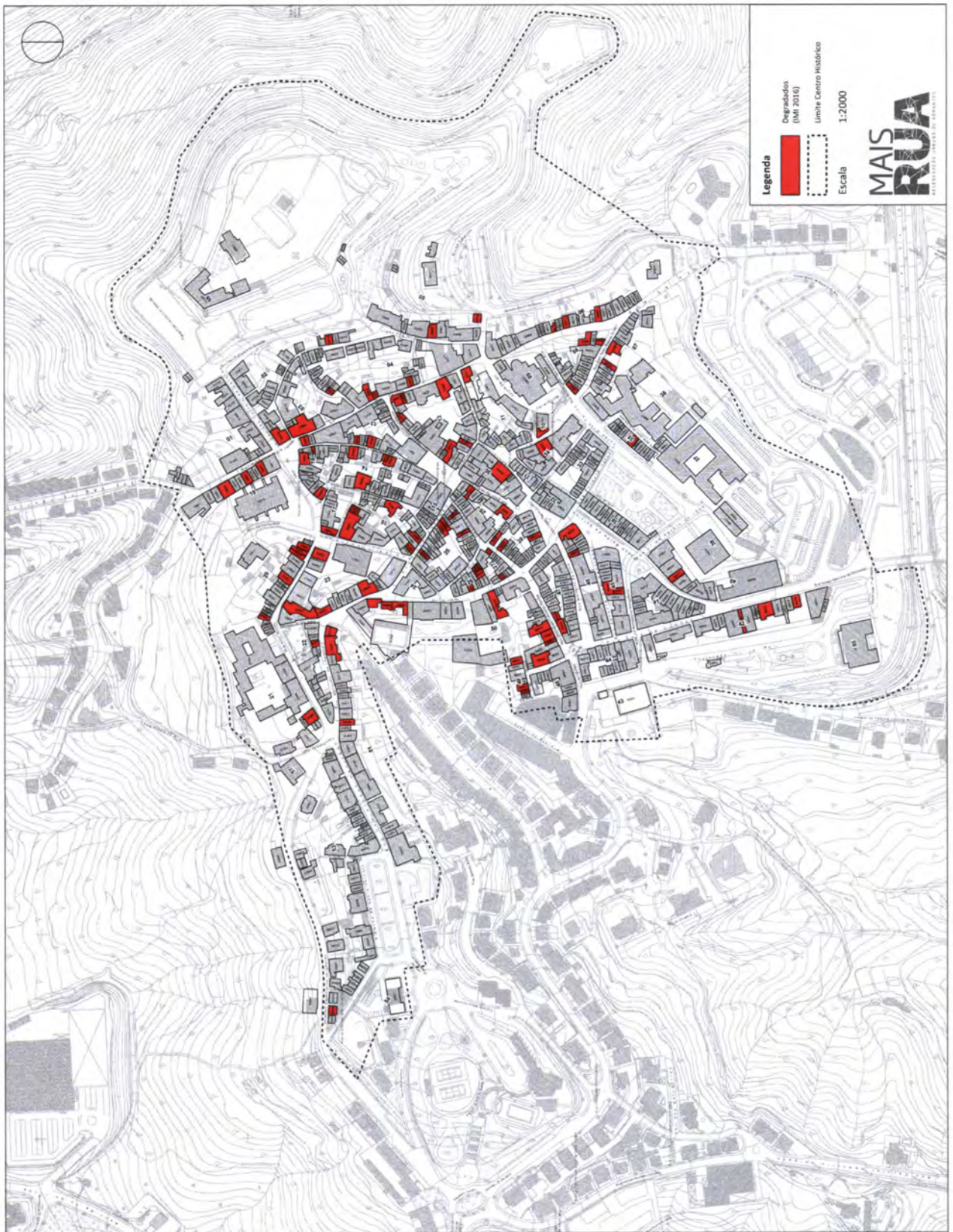
Manuel Duarte dos Santos

Fl. 1/5

Ano	Edifício	Freguesia	Artigo	Propriedade	Fracção	Andar	Porta	Arnuamento	Nº	NIF	Nome
2016	2006	Abrantes	228	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º		Largo da Ferraria	16	102943966	Manuel de Sousa Gomes
2016	2016	Abrantes	226	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º	43 e 45	Rua Nova	43	509131816	Ultima Oferta Investimentos Imobiliários, Lda
2016	3001	Abrantes	2548	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º		Rua Grande	3	195340/1929	Maria Emilia Almeida A Mena V.
2016	4003	Abrantes	1336	Propriedade Horizontal	A	R/c		Rua Grande	25	126396175	José André de Melo e Castro Salazar Lebre
2016	4003	Abrantes	1336	Propriedade Horizontal	B	1º		Rua Grande	25	126396175	José André de Melo e Castro Salazar Lebre
2016	4004	Abrantes	469	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º	27 e 29	Rua Grande	27	709542739	Vitor de Jesus Borda d'Água - Cabeça de Casal da Herança de
2016	4007	Abrantes	475	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º		Rua Grande	45	700383050	ANTÓNIO SOARES MENDES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE
2016	4034	Abrantes	250	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º		Travessa da Palma	16	113167890	João Podro Simão Cavaco
2016	5006	Abrantes	217	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º	16 e 18	Rua de São Pedro	16	152247076	João Vaz Rico
2016	5010	Abrantes	208	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º	9 e 11	Rua dos Quinchosos	9	177472308	Fernando João Bourgard de Sá Baic
2016	5010	Abrantes	208	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º	9 e 11	Rua dos Quinchosos	9	214487989	Catarina Alexandra Justino dos Santos
2016	6011	Abrantes	139	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º	27 e 29	Rua da Barca	27	137675038	Carlos Alberto Tavares Pereira
2016	6014	Abrantes	574	Propriedade Total sem Utilização Independente	A	R/C		Rua da Barca	35	502425458	Assembleia de Abrantes Lda
2016	6020	Abrantes	21	Propriedade Horizontal	B	1º		51 Rua da Barca	51	706056663	João Octávio Henriques de Sousa - Cabeça de Casal da Herança de
2016	6020	Abrantes	21	Propriedade Horizontal	C	R/c		51 Rua da Barca	51	137840314	Norberto Crisante de Sousa Bernardes
2016	6020	Abrantes	21	Propriedade Horizontal	D	1º		47 Rua da Barca	51	137840314	Norberto Crisante de Sousa Bernardes
2016	7006	Abrantes	122	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º	20 e 22	51 Rua da Barca	51	137840314	Norberto Crisante de Sousa Bernardes
2016	7007	Abrantes	124	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º	26 e 28 30 e 32	Rua Dom Nuno Álvares Pereira	26	128423102	Maria do Céu Granja Aleixo
2016	8001	Abrantes	114	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º	1 e 3	Rua Dom Nuno Álvares Pereira	26	706094212	Valentim Cardoso dos Santos - Cabeça de Casal da Herança de
2016	8009	Abrantes	110	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º	33 e 35	Rua Dom Nuno Álvares Pereira	1	500239878	Santa Casa da Misericórdia de Abrantes
2016	8011	Abrantes	151	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º	4 e 6	Rua da Barca	4	116771542	Anacleto Balsinha
2016	8011	Abrantes	151	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º	4 e 6	Rua da Barca	4	103477799	Manuel Lopes de Sousa
2016	8011	Abrantes	151	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º	4 e 6	Rua da Barca	4	121432823	Flévia da Conceição Lopes Bento
2016	8011	Abrantes	151	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º	4 e 6	Rua da Barca	4	19150676	José Lopes de Sousa - Cab. de C. da Herança de
2016	8011	Abrantes	151	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º	4 e 6	Rua da Barca	4	740770314	Maria Anélia Cabeça de Casal da Herança de
2016	10001	Abrantes	277	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º	11 e 13	Rua Doutor Henrique de Miranda Martins de Carvalho	11	740770314	Maria Anélia Cabeça de Casal da Herança de
2016	11001	Abrantes	493	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º		Rua Grande	64	126051240	Maria Guilhermina Gonçalves Pombo de Oliveira
2016	11001	Abrantes	493	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º		Rua Grande	64	128972440	Maria Elisabete Rosa Gonçalves Pombo
2016	11001	Abrantes	493	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º		Rua Grande	64	149135726	Luís Manuel Rosa Gonçalves Pombo
2016	11001	Abrantes	493	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º		Rua Grande	64	181630060	Maria Manuel Rosa Gonçalves Pombo
2016	11001	Abrantes	493	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º		Rua Grande	64	181743744	Maria de Fátima Rosa Gonçalves Pombo
2016	12002	Abrantes	1396	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º		Rua Professor Manuel Constâncio	22	502473703	Godinho e Alberty Gestão de Imóveis LDA
2016	12010	Abrantes	436	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º		Praça Raimundo José Soares Mendes	8	146078462	José Henrique Coelho de Fraga
2016	12014	Abrantes	430	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º		Rua Serpa Pinto	15	109591950	Nuno Manuel Gonçalves Lobo
2016	12022	Abrantes	490	Propriedade Total sem Utilização Independente		R/c 1º e 2º		Rua Grande	56,58,60	700432817	Antonio Joaquim de Oliveira Bandeja - Cab. de Casal da Herança de
2016	12026	São João									
2016	12027	São João	382	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Grande	34		
2016	13001	Abrantes	157	Propriedade Total sem Utilização Independente				Largo da Ferraria	12		
2016	13006	Abrantes	171	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Maria de Lourdes Pintasligo	30	196568/1929	Maria Henriqueta
2016	13008	Abrantes	445	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Maria de Lourdes Pintasligo	22	114214565	João José da Silva Marques
2016	14002	Abrantes	6158	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua dos Condes de Abrantes	38	501153644	Fabrica da Igreja P. de S.Vicente de Abrantes
2016	14020	Abrantes	177	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Maria de Lourdes Pintasligo	9	128070994	Ana Paula de Oliveira Serras Ribeiro da Cruz
2016	14021	Abrantes	180	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Maria de Lourdes Pintasligo	15	100554466	Maria de Jesus Dias da Silva Marcos
2016	14024	São Vicente									
2016	16001	Abrantes	3384	Propriedade Total sem Utilização Independente				Travessa do Brás Gil	7	700465570	Manuel A.C. Junior- Cab. de C. da Herança de
2016	16008	Abrantes	513	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua José Estêvão	42	705494136	João dos Santos - Cabeça de Casal de Herança de
2016	16010	Abrantes	1735	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua José Estêvão	32	700485880	Maria Cristina M.N.C. Melo - Cab. C. da Herança de
2016	16015	Abrantes	423	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua dos Condes de Abrantes	13	19283/1929	António Felção
2016	16021	Abrantes	3292	Propriedade Total sem Utilização Independente				Beco do Brás Gil	8	121390594	Paulo Jorge Vieira Graça
2016	16022	Abrantes	3294	Propriedade Total sem Utilização Independente				Travessa do Brás Gil	5	121390594	Paulo Jorge Vieira Graça
2016	17005	Abrantes	414	Propriedade Total sem Utilização Independente				Travessa do Brás Gil	4	706314832	José Manuel Guedes de Campos Rosado - Cabeça de Casal da Herança de
2016	18002	Abrantes	219	Propriedade Total sem Utilização Independente				Largo da Ferraria	7	133916154	Maria Jesus Oleiro Soeiro Paulo
2016	18002	Abrantes	219	Propriedade Total sem Utilização Independente				Largo da Ferraria	7	136699782	Mário Jorge Oleiro Soeiro
2016	18002	Abrantes	219	Propriedade Total sem Utilização Independente				Largo da Ferraria	7	136899617	Maria Teresa Oleiro Soeiro Melo Alves
2016	18008	Abrantes	231	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua dos Combatentes da Grande Guerra	11	135669200	Luís Manuel Aguiar Rodrigues
2016	18013	Abrantes	192	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Maria de Lourdes Pintasligo	57	133916154	Maria Jesus Oleiro Soeiro Paulo
2016	18013	Abrantes	192	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Maria de Lourdes Pintasligo	57	134657624	Maria Helena Oleiro Soeiro Rosad
2016	18013	Abrantes	192	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Maria de Lourdes Pintasligo	57	136699782	Mário Jorge Oleiro Soeiro
2016	18013	Abrantes	192	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Maria de Lourdes Pintasligo	57	136899617	Maria Teresa Oleiro Soeiro Melo Alves
2016	18013	Abrantes	192	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Maria de Lourdes Pintasligo	57	171563670	Maria Madalena Oleiro Soeiro
2016	18013	Abrantes	192	Propriedade Horizontal	A	r/c		Rua 5 de Outubro de 1910	31	182815650	Ilida Rosa do Nascimento
2016	19004	Abrantes	4887	Propriedade Horizontal	B	1º e 2º		Rua 5 de Outubro de 1910	31	161011861	António F. Sobral G. da Silva Nivalis
2016	19007	Abrantes	141	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua 5 de Outubro de 1910	17	141759623	Maria de Lurdes Pereira Dias Simão
2016	20004	Abrantes	264	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua 5 de Outubro de 1910	5	133489230	Maria Luís Nazare dos Santos Ferreira
2016	20012	Abrantes	252	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Actor Taborda	62	112499244	João dos Santos
2016	20015	Abrantes	246	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Actor Taborda	28	500239878	Santa Casa da Misericórdia de Abrantes
2016	20015	Abrantes	246	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Actor Taborda	14	703469169	António Bouça- Cab. de C. da Herança de

pp. 2/5

2016	50024	Abrantes	603	Propriedade Total sem Utilização Independente				Travessa do Chafariz	18	102485506	Maria da Graça de Jesus Santos Baptista
2016	51009	Abrantes	2730	Propriedade Total com Utilização Independente				Rua Marquês de Pombal	43	121391035	Manuel Damas Claro
2016	51017	Abrantes	327	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Marquês de Pombal	19	119305992	Maria Leonor L. O. Viegas
2016	51017	Abrantes	327	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Marquês de Pombal	19	703145070	José Lopes V. Prates - Cab. de C. Herança de
2016	51018	Abrantes	330	Propriedade Total sem Utilização Independente				Rua Marquês de Pombal	13	7083356779	Casimiro da Silva Cavalheiro - Cabeça de Casal da Herança de
2016	53036	Abrantes	1945	Propriedade Total sem Utilização Independente			R/C	Avenida Defensores de Chaves	39	146750101	Manuel José da Conceição Graça



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. – Autorização de assunção de compromisso plurianual para:

- a) - Realização da despesa com os transportes escolares no ano letivo 2016/2017, referente à aquisição de cartões; PG – 280222

Deliberação: Considerando o disposto na b) do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e bem assim, o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção dos encargos e do compromisso plurianual para a Realização da despesa com os transportes escolares no ano letivo 2016/2017, referente à aquisição de cartões.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

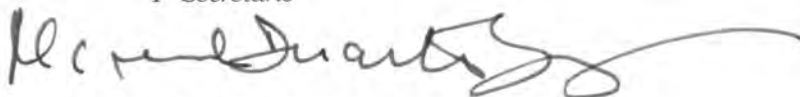
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. – Autorização de assunção de compromisso plurianual para:

b) - “Aquisição de um Veículo Pesado de Passageiros”; PG – 295020

Deliberação: Considerando o disposto na b) do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e bem assim, o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção dos encargos e do compromisso plurianual para “Aquisição de um Veículo Pesado de Passageiros”**.

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. – Autorização de assunção de compromisso plurianual para:

- c) - “Aquisição de Serviços de Técnico Responsável pela Exploração de várias Instalações Elétricas Municipais”; PG – 293858

Deliberação: Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção dos encargos e do compromisso plurianual para “Aquisição de Serviços de Técnico Responsável pela Exploração de várias Instalações Elétricas Municipais”**.

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. – Autorização de assunção de compromisso plurianual para:

- d) - “Fornecimento de Energia Elétrica a Edifícios e Equipamentos Municipais – Baixa Tensão Especial”; PG – 293913

Deliberação: Considerando o disposto na b) do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e bem assim, o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção dos encargos e do compromisso plurianual para “Fornecimento de Energia Elétrica a Edifícios e Equipamentos Municipais – Baixa Tensão Especial”**.

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. – Autorização de assunção de compromisso plurianual para:

- e) - Dois procedimentos para aquisição de serviços por ajuste direto regime geral na área da Ação Social/Serviço Social, para o serviço de ação social do município e para a CPCJ; PG – 295187

Deliberação: Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção dos encargos e do compromisso plurianual para dois procedimentos para aquisição de serviços por ajuste direto regime geral na área da Ação Social/Serviço Social, para o serviço de ação social do município e para a CPCJ.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António-Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. – Autorização de assunção de compromisso plurianual para:

- f) - “Aquisição de Serviços para a Manutenção de Espaços Verdes” até ao final do ano 2016 e para o ano de 2017; PG - 295004

Deliberação: Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção dos encargos e do compromisso plurianual para “Aquisição de Serviços para a Manutenção de Espaços Verdes” até ao final do ano 2016 e para o ano de 2017.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8. – Manifestação de interesse na adesão à Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local e a intenção de recorrer ao procedimento de certificação ELoGE; PG – 280712

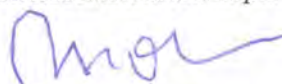
Deliberação: Considerando o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar a Manifestação de interesse na adesão à Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local e a intenção de recorrer ao procedimento de certificação ELoGE.**

Votação:

Aprovado por maioria com 5 (cinco) votos
contra do PSD.

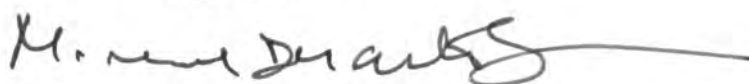
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

9. – Aprovação da adesão ao Projeto da Rota da Estrada Nacional nº 2 (EN2) e aprovação dos Estatutos da futura Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2; PG – 292827

Deliberação: Considerando o disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 25º e nos artigos 63º e 108º e seguintes da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar a adesão ao Projeto da Rota da Estrada Nacional nº 2 (EN2) e aprovar os Estatutos da futura Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2.**

Votação:

Aprovado por maioria com 1 abstenção do BE.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/19



MINUTA DE ESTATUTOS

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

Natureza, Composição, Designação e Sede

1 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 é uma Pessoa Coletiva de Direito Privado de natureza associativa e âmbito territorial, e visa a realização de interesses comuns aos Municípios que a integram, regendo-se, enquanto Associação de Municípios de fins específicos pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Agosto, pelos presentes Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

2 – A Associação é composta pelos Municípios de Chaves; Vila Pouca; Vila Real; Santa Marta de Penaguião; Régua; Lamego; Castro Daire; Viseu; Tondela; Santa Comba Dão; Penacova; Vila Nova de Poiares; Góis; Pedrogão Grande; Sertão; Lousã; Vila de Rei; Sardoal; Abrantes; Ponte de Sor; Mora; Montemor-o-Novo; Viana do Alentejo; Castro Verde; Aljustrel; Almodôvar; Loulé; São Brás de Alportel; Faro, e adota a designação de ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2.

3 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 tem sede na Rua dos combatentes em Santa Marta de Penaguião, com a possibilidade da sua deslocação para qualquer um dos outros Municípios que integram a Associação, por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Diretivo.

ARTIGO 2.º

Fins

1 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA DA ESTRADA NACIONAL 2 tem como fim principal o desenvolvimento turístico, e a promoção económica e cultural dos Municípios que foram atravessados pela antiga Estrada Nacional nº 2.

Pl. 2/19



2 – Para além destes, a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL pode prosseguir como fim complementar o desenvolvimento de projetos comuns com outras associações/entidades.

3- A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 pode submeter candidaturas a fundos estruturais de financiamento, que vise a valorização da Rota.

ARTIGO 3.º

Duração

A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO 4.º

Direitos dos Municípios Participantes

Constituem direitos dos Municípios integrantes da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2:

- a) Auferir dos benefícios da atividade da associação;
- b) Apresentar propostas e sugestões no âmbito da prossecução do objeto associativo;
- c) Participar nos órgãos da associação;
- d) Exercer os demais poderes e faculdades previstos na lei, nestes estatutos e no Regulamento Interno da associação;
- e) Requerer a convocação da Assembleia-Geral da Associação, nos termos previstos no artigo 14.º.

ARTIGO 5.º

Deveres dos Municípios Participantes

Constituem deveres dos Municípios integrantes da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2:

- a) Prestar a colaboração necessária para a realização das suas atividades;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e estatutárias respeitantes à associação, bem como as deliberações dos respetivos órgãos;
- c) Efetuar as contribuições financeiras, nos termos estabelecidos na lei e nos presentes estatutos.

CAPÍTULO II

Organização e competências

Secção I – Disposições Gerais

ARTIGO 6.º

Órgãos

A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 é constituída pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho Diretivo;
- c) Conselho Fiscal.

ARTIGO 7.º

Mandato

1 – O Mandato dos órgãos da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 é de quatro anos, que deverá coincidir com o mandato autárquico (incluindo o mandato proveniente de eleições intercalares, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 59 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro), tendo o seu início aquando da respetiva investidura que deverá ocorrer no prazo de 30 dias após a data de realização da eleições autárquicas e o seu termo no dia de realização de eleições autárquicas.

2 – O mandato dos membros dos órgãos da associação que sejam eleitos locais, é indissociável do mandato autárquico.

3 – A perda, a cessação, a renúncia ou a suspensão do mandato autárquico no órgão municipal por qualquer membro dos órgãos sociais da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 determina automaticamente o mesmo efeito no mandato exercido nos órgãos da Associação.

ARTIGO 8.º

Continuidade do Mandato

Os titulares dos órgãos da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 mantêm-se em funções até serem legalmente substituídos.



ARTIGO 9.º

Quórum das Reuniões dos Órgãos

1 - As reuniões dos órgãos da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 terão lugar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

2 - As reuniões dos órgãos da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 terão início decorridos que sejam trinta minutos após a hora designada pela convocatória, com os presentes.

ARTIGO 10.º

Deliberações

1 - As deliberações dos órgãos são tomadas por maioria relativa dos votos dos associados, exceto as deliberações de alteração dos Estatutos, para as quais é necessária uma maioria qualificada, nos termos dos presentes estatutos.

2 - Na ausência da totalidade dos membros do órgão e em caso de empate nas votações, o respetivo Presidente tem voto de qualidade.

3 - As votações revestem a forma nominal.

ARTIGO 11.º

Atas

1 - Das reuniões será lavrada ata que conterá um resumo do que de essencial nelas se tenha passado, indicando-se, designadamente, a hora, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.

2 - Os textos das deliberações podem ser aprovadas em minuta, desde que tal seja decidido pela maioria dos membros presentes, caso em que a sua assinatura será efetuada no final da reunião.



Secção II
Da Assembleia-Geral

ARTIGO 12.º

Natureza e Composição

1 – A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2.

2 – A Assembleia Geral é constituída por representantes de todos os municípios associados.

3- Cada um dos Municípios participantes da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 deve nomear o elemento que o represente na Assembleia Geral, bem como um membro suplente, obrigatoriamente de entre o órgão executivo, nos termos do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, devendo considerar-se constituído este órgão, com os elementos nomeados, caso algum dos municípios não proceda à nomeação do respetivo representante e suplente.

ARTIGO 13.º

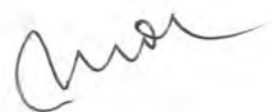
Mesa

1 – A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa, constituída pelo Presidente e dois vogais, sendo um deles Secretário, a eleger pela Assembleia, de entre os seus membros.

2 – O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro Vogal e, na ausência deste, pelo Secretário, designando este um secretário *ad hoc*.

3 – Na ausência de todos os membros da Mesa, a Assembleia Geral poderá eleger uma Mesa *ad hoc* para presidir à reunião.

4 – Na eventualidade prevista no número anterior e enquanto não for eleita a Mesa, esta será integrada pelos três membros mais velhos, de entre os presentes, que assumirão os cargos referidos no n.º 1 deste artigo, por ordem, respetivamente, decrescente de idade.



ARTIGO 14.º

Reuniões da Assembleia Geral

1 – A Assembleia Geral terá, anualmente, três reuniões ordinárias, sendo a primeira destinada à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior e a última, que decorrerá em Novembro, destinada à aprovação das opções do plano e do orçamento para o ano seguinte.

2 – A Assembleia Geral pode ainda reunir-se, extraordinariamente, por iniciativa da respetiva Mesa ou quando requerida:

- a) Pelo Presidente do Conselho Diretivo, em execução de deliberação deste;
- b) Por um terço dos municípios participantes da associação.

3 – A convocatória das reuniões da Assembleia Geral será efetuada pelo Presidente, através de carta registada ou correspondência eletrónica para o endereço oficial de cada um dos municípios participantes e antecedência mínima de 15 dias.

4 – A primeira reunião da assembleia geral ocorrerá imediatamente após o ato constitutivo da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2.

ARTIGO 15.º

Competências da Assembleia Geral

São competências da Assembleia Geral:

- a) Eleger e destituir a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho Diretivo;
- b) Aprovar, sob proposta do Conselho Diretivo, a proposta de orçamento e as suas revisões, bem como apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- c) Aprovar, sob proposta do Conselho Diretivo, o mapa de pessoal da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2, bem como a contratação de pessoal;
- d) Acompanhar e fiscalizar a atividade do Conselho Diretivo, devendo ser apreciada, em cada reunião ordinária, uma informação escrita sobre a atividade da associação, bem como da sua situação financeira;



- e) Aprovar a celebração de protocolos com outros municípios, associações de municípios, entidades empresariais locais ou outras instituições públicas;
- f) Autorizar a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2, sob proposta do Conselho Diretivo, a celebrar protocolos de colaboração com outras entidades públicas, privadas ou do sector social e cooperativo, nos termos do Regulamento Interno;
- g) Aprovar o seu Regimento e os regulamentos da associação;
- i) Aprovar ou autorizar, sob proposta do Conselho Diretivo, a contratação de empréstimos nos termos da lei;
- j) Fixar anualmente as contribuições dos municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2;
- k) Aprovar e alterar os Estatutos;
- l) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por Lei, ou pelos estatutos;
- m) Deliberar sobre a oneração e alienação de bens próprios da Associação;
- n) Deliberar sobre a dissolução da Associação e nomear a respetiva Comissão Liquidatária, determinando os procedimentos a adotar.

ARTIGO 16.º

Competências do Presidente da Assembleia Geral

São competências do Presidente da Assembleia Geral:

- a) Dirigir os trabalhos da Assembleia;
- b) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- c) Elaborar a ordem do dia das reuniões e proceder à sua distribuição;
- d) Abrir e encerrar os trabalhos das reuniões;
- e) Proceder à marcação e justificação de faltas dos Membros da Assembleia;
- f) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por Lei, pelos Estatutos, ou pela Assembleia Geral.

fl. 8/19



Secção III
Do Conselho Diretivo

ARTIGO 17.º

Natureza e Composição

1 - Conselho Diretivo é o órgão de gestão e administração da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 constituído por cinco membros, os quais serão obrigatoriamente elementos dos órgãos executivos dos municípios integrantes da Associação, devendo o Presidente do Conselho Diretivo ser obrigatoriamente Presidente de Câmara Municipal de um desses municípios.

2 – Na ausência da totalidade dos membros do Conselho Diretivo e em caso de empate nas votações, o respetivo Presidente tem voto de qualidade nos termos do disposto no nº 3 do artigo 10º destes estatutos.

ARTIGO 18.º

Competências do Conselho Diretivo

1 – Compete ao Conselho Diretivo, no âmbito da organização e funcionamento:

- a) Assegurar o cumprimento das deliberações da Assembleia Geral;
- b) Dirigir os serviços técnicos e administrativos;
- c) Propor à Assembleia Geral o Regulamento Interno;
- d) Propor à Assembleia Geral a designação do Administrador Executivo e a respetiva remuneração, de acordo com as funções exercidas, bem como a sua exoneração;
- e) Designar os representantes da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 em quaisquer entidades ou órgãos previstos na Lei ou para que seja convidada a fazer-se representar;
- f) Executar o orçamento;
- g) Apresentar à Assembleia Geral o pedido de autorização de contratação de empréstimo devidamente instruído;
- i) Apresentar à Assembleia Geral as propostas de contratos de colaboração e cooperação com outras entidades públicas, privadas ou do sector social e cooperativo, de acordo com o Regulamento Geral Interno;

fl. 9/9



- j) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos ou impostos por Lei, pelos Estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral.
- l) Aprovar acordos e transações judiciais.
- m) Elaborar os regulamentos da associação, e propor para aprovação à Assembleia Geral.

2 – Compete ao Conselho Diretivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento:

- a) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Geral a proposta de orçamento e as respetivas alterações;
- b) Elaborar e aprovar as normas de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral;
- c) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos ou impostos por lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 19.º

Competências do Presidente do Conselho Diretivo

1 – Compete ao Presidente do Conselho Diretivo:

- a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias e dirigir os respetivos trabalhos;
- b) Executar as deliberações do Conselho e coordenar a respetiva atividade;
- c) Autorizar a realização de despesas orçamentadas até ao limite estipulado por lei ou por delegação do Conselho Diretivo;
- d) Autorizar o pagamento de despesas realizadas, nos termos da lei;
- e) Assinar e visar a correspondência do Conselho com destino a quaisquer entidades ou Organismos Públicos;
- f) Representar a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 em juízo ou fora dele;
- g) Remeter ao Tribunal de Contas os documentos que eventualmente careçam da respetiva apreciação;
- h) Exercer os demais poderes estabelecidos por lei ou por deliberação do Conselho Diretivo

2 – O Presidente do Conselho Diretivo pode delegar ou subdelegar o exercício das suas competências nos demais membros deste órgão.

fl. 10/19

ARTIGO 20.º

Reuniões do Conselho Diretivo

1 – O Conselho Diretivo terá, pelo menos, uma reunião ordinária trimestral e as extraordinárias que o Presidente convoque, por sua iniciativa ou a solicitação de, pelo menos, um terço dos seus membros.

2 – A reunião extraordinária é marcada com, pelo menos, oito dias úteis de antecedência, por meio de comunicação escrita dirigida aos membros do Conselho Diretivo, quer por via postal e carta registada, ou por correspondência eletrónica que cada um dos membros deverá disponibilizar ao Presidente do órgão.

Secção V

Do Conselho Fiscal

Artigo 21.º

Natureza e Composição

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 e é constituído por um Presidente e dois vogais efetivos os quais, pela natureza das funções, terão preferencialmente habilitações académicas e profissionais adequadas, sendo os mesmos nomeados pela Assembleia Geral da Associação.


Artigo 22.º

Competências

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Sobre o relatório de contas;
- b) Fiscalizar os atos dos órgãos e serviços da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2, nos domínios financeiro e patrimonial;
- c) Pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem apresentados pelo Conselho Diretivo.

Fl. 11/19



Artigo 23.º

Reuniões

1 – O Conselho Fiscal terá uma reunião ordinária anual e extraordinárias quantas as consideradas necessárias.

2 – As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, por sua iniciativa, ou a requerimento da maioria dos seus titulares ou do Conselho Diretivo.

CAPÍTULO III

Estrutura e Funcionamento

ARTIGO 25.º

Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

1 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 é dotada de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo, vocacionados para recolher e sistematizar a informação e para elaborar os estudos necessários à preparação das decisões ou deliberações.

2 – A natureza, a estrutura e o funcionamento dos serviços previstos no número anterior são definidos em regulamento aprovado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Diretivo.

ARTIGO 26.º

Regime de pessoal

1 - A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 dispõe de um mapa de pessoal próprio, aprovado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Diretivo.

2 - A contratação de pessoal está dependente de prévia autorização da Assembleia Geral.



CAPÍTULO IV
Da Gestão Financeira e Orçamental

ARTIGO 27.º
Regime de Contabilidade

1 -O ano económico corresponde ao ano civil.

2 -A contabilidade da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 rege-se pelas regras previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

ARTIGO 28.º

Orçamento

1 – O orçamento da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA NACIONAL 2 é elaborado pelo Conselho Diretivo e submetidos à aprovação da Assembleia Geral.

2 – O orçamento é remetido pelo Conselho Diretivo às Assembleias Municipais dos Municípios associados, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a sua aprovação.

ARTIGO 29.º

Documentos de Prestação de Contas

1 – O Conselho Diretivo elabora os documentos de prestação de contas, e apresenta-os à Assembleia Geral, no decurso do mês de Março, devendo esta deliberar sobre eles no prazo de trinta dias a contar da data da sua receção.

2 – No relatório de gestão, o Conselho Diretivo expõe e justifica a ação desenvolvida, demonstra a regularidade orçamental da efetivação das despesas, discrimina os financiamentos obtidos através do mapa de origem e aplicação de fundos e presta todos os esclarecimentos necessários à interpretação das contas apresentadas.

Fl. 13/19



ARTIGO 30.º

Apreciação e Julgamento das Contas

1 – As contas da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 estão sujeitas a apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas, nos termos da respetiva lei de organização.

2 – Para efeitos do número anterior, devem as mesmas ser enviadas pelo Conselho Diretivo ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos estabelecidos para as Autarquias Locais.

ARTIGO 31.º

Património e Finanças

1 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 tem património e finanças próprios.

2 – O património da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 é constituído pelos bens e direitos para ela transferidos ou adquiridos a qualquer título.

3 – Os bens transferidos pelos Municípios para a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 são objeto de inventário, a constar de ata de acordo mútuo, subscrita pelas partes interessadas, com menção das atividades a que ficam afetos.

4 – Os bens e direitos afetos pelos Municípios associados à ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 são transferidos a título gratuito, ficando, os Municípios, isentos de qualquer encargo que resulte de tais bens ou direitos, designadamente dos encargos com a sua conservação e utilização.

5 – Os bens e direitos referidos no número anterior são transferidos sob condição resolutiva, regressando à esfera jurídica do Município respetivo aquando da extinção da Associação.

6 – São receitas da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2:

a) O produto das contribuições dos Municípios associados;



- b) As transferências dos Municípios e as resultantes de contratação com a Administração Central e outras entidades públicas ou privadas;
- c) Os montantes das candidaturas a fundos europeus estruturais de financiamento que lhe sejam atribuídos;
- d) As dotações, subsídios ou comparticipações de que venha a beneficiar;
- e) Os preços relativos a serviços prestados e bens fornecidos;
- f) O rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da atribuição de direitos sobre eles;
- g) Quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que a título gratuito ou oneroso, lhe sejam atribuídos por Lei, contrato ou outro ato jurídico;
- h) O produto de empréstimos;
- i) Quaisquer outras receitas permitidas por Lei.
- j) As transferências ou contribuições permanentes provenientes da celebração de contratos em parceria com entidades públicas ou privadas.

7 – Constituem despesas da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 os encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão confiadas.

ARTIGO 32.º

Contribuições Financeiras

1 – As transferências das contribuições financeiras dos Municípios associados são fixadas pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Diretivo.

2 – As contribuições financeiras dos Municípios associados são exigíveis a partir da aprovação do orçamento da Associação de Municípios, constituindo-se os Municípios em mora quando não seja efetuada a transferência no prazo fixado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 33.º

Endividamento

1 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 pode contrair empréstimos, a curto, médio e longo prazo, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito e celebrar contratos de locação financeira, em termos idênticos ao dos municípios.

Pl. 15/19



2 – Os Municípios são exclusivamente responsáveis pelo pagamento das dívidas contraídas pela ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2, apenas e só no valor correspondente, calculado por afetação real, ao investimento executado no respetivo município, previamente autorizados por cada assembleia.

3 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 não pode contrair empréstimos em benefício de qualquer dos Municípios associados, nem conceder empréstimos a entidades públicas ou privadas, salvo nos casos expressamente previstos na lei.

4 – É vedado ainda à ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 a celebração de contratos com entidades financeiras com a finalidade de consolidar dívida de curto prazo, bem como a cedência de créditos não vencidos.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

ARTIGO 34.º

Alterações Estatutárias

Os presentes Estatutos podem ser alterados por deliberação da Assembleia Geral, proferida por maioria de dois terços dos membros dos municípios participantes da associação, desde que tal alteração tenha sido previamente aprovada pelas Assembleias Municipais de dois terços dos Municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2.

ARTIGO 35.º

Renúncia e Exclusão dos Municípios Associados e Admissão de Novos Municípios

1 – Os Municípios associados podem renunciar á qualidade de associados da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2, mediante comunicação escrita à Assembleia-Geral.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, os Municípios que deixarem de integrar a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 na qualidade de associados, nos três anos seguintes à data em que nela ingressaram perdem todos os

Fl. 16/9

benefícios financeiros e administrativos atribuídos ou a atribuir em resultado da sua participação na Associação.

3 – No caso de ocorrer a renúncia ou exclusão de um município associado, este fica obrigado a proceder à restituição da parte dos encargos realizados pela Associação no exclusivo interesse desse Município.

4 – Um Município associado só poderá ser excluído da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTANACIONAL 2 mediante deliberação por maioria qualificada de três quartos dos membros dos municípios integrantes da Associação, em caso de violação grave dos respetivos deveres legais ou estatutários perante a Associação.

5 – Constitui violação grave dos deveres estatutários dos Municípios associados, o não pagamento das quotizações e transferências aprovadas por assembleia geral, decorridos que sejam 60 dias após o respetivo prazo de vencimento.

6 – A adesão de novos Municípios em momento posterior à criação da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 depende do consentimento prévio de três quartos dos Municípios deliberado em reunião da Assembleia Geral por unanimidade dos membros presentes na reunião.

7 – A adesão concretiza-se com a comunicação escrita ao Conselho Diretivo, por parte do Município aderente, acompanhada de fotocópia das deliberações que a aprovem, dos respetivos órgãos municipais.

8 – O número de municípios associados é limitado, só podendo aderir à AMRN2 os municípios que se encontrem numa zona territorial abrangida pela EN2.

ARTIGO 36.º

Extinção da Associação de Municípios

1 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 extingue-se por dissolução, cisão ou fusão com outra associação nos termos da lei, declaração de insolvência ou sentença judicial.

fl. 17/19

2 – No caso de dissolução o património será repartido pelos seus membros na data da dissolução, mediante critério a estabelecer pela Assembleia Geral.

3 - Esse critério deverá ter em conta a regra de proporcionalidade dos contributos patrimoniais e financeiros que cada município transferiu para a Associação.

4 - No caso de dissolução o passivo será assumido pelos seus membros na data da dissolução, de acordo e na proporção do benefício que tal passivo contribuiu para cada Município.

5 - Os bens e direitos transferidos gratuitamente pelos Municípios associados à ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 sob condição resolutiva, regressam à esfera jurídica do Município respetivo aquando da extinção da Associação.

6 – O ato de dissolução voluntária deverá constar de escritura pública.

ARTIGO 37.º

Regime jurídico aplicável

A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 rege-se pelo disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e demais legislação aplicável às pessoas coletivas públicas, bem como pelos respetivos estatutos e regulamentos internos, estando nomeadamente sujeita:

- a) Aos princípios constitucionais de direito administrativo;
- b) Aos princípios gerais da atividade administrativa;
- c) Ao Código do Procedimento Administrativo;
- d) Ao Código dos Contratos Públicos;
- e) Às leis do contencioso administrativo;
- f) À lei de organização e processo do Tribunal de Contas e ao regime de jurisdição e controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças;
- g) Ao regime jurídico da administração financeira e patrimonial do Estado;
- h) Ao regime jurídico das incompatibilidades e impedimentos de cargos públicos e dos trabalhadores em funções públicas, incluindo as incompatibilidades previstas nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro;

Fl. 18/19

- i) Aos princípios da publicidade, da concorrência e da não discriminação em matéria de recrutamento de pessoal e ao regime jurídico aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas;
- j) Ao regime da realização das despesas públicas;
- k) Ao regime da responsabilidade civil do Estado e das demais entidades públicas.

ARTIGO 38º

REGULAMENTO INTERNO GERAL

No ato constitutivo é declarada a aprovação do Regulamento Interno Geral da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2.



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

10. – Aprovação da Revisão do Plano de Urbanização de Abrantes; PG - 101142

Deliberação: Considerando o disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e o n.º 6 do artigo 89.º conjugado com o n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar** a **Revisão do Plano de Urbanização de Abrantes**.

Votação:

Aprovado por maioria com 20 (vinte) votos a favor, 8 (oito) votos contra (5 PSD, 2 PS e 1 BE) e 2 (duas) abstenções (1 CDS e 1 PSD).

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

11. – Antecipação da aquisição de 32 Unidades de Participação da Tagusvalley; PG – 262316

Deliberação: Considerando o disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **autorizar** a **Antecipação da aquisição de 32 Unidades de Participação da Tagusvalley**.

Votação:

Aprovado por maioria com 76 (seis) votos
contra (5 PSD e 1 BE) e uma abstenção do CDS.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

12. - Contrato interadministrativo com a União das Freguesias de Alvega e Concavada e com a Junta de Freguesia de Carvalhal, para dinamização de Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar para o ano letivo de 2016/2017; PG - 292326

Deliberação: Considerando o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera *aprovar o Contrato interadministrativo com a União das Freguesias de Alvega e Concavada e com a Junta de Freguesia de Carvalhal, para dinamização de Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar para o ano letivo de 2016/2017.*

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

- 13. - Contrato interadministrativo com as Uniãos das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, Alvega e Concavada, e Juntas de Freguesia de Bemposta, Carvalhal e Rio de Moinhos, para o ano letivo de 2016/2017. PG - 291941**

Deliberação: Considerando o disposto na alínea k do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar o Contrato interadministrativo com as Uniãos das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, Alvega e Concavada, e Juntas de Freguesia de Bemposta, Carvalhal e Rio de Moinhos, para o ano letivo de 2016/2017.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2. - 1ª proposta de revisão orçamental para 2016; PG - 295202

Deliberação: Considerando o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do ponto 8.3 do POCAL, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar a 1ª proposta de revisão orçamental para 2016.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. – Apoio às Juntas de Freguesia de:

- a) - Mouriscas para a XXIV Feira Mostra de Artesanato e Gastronomia de Mouriscas;
PG – 284765

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** o apoio à Junta de Freguesia de **Mouriscas para a XXIV Feira Mostra de Artesanato e Gastronomia de Mouriscas, no montante de 500,00€ (quinhentos euros).**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. – Apoio às Juntas de Freguesia de:

- b) - Martinchel sobre a dispensa de pagamento de taxas no montante de 37,65€, devidas por pedido de indicadores urbanísticos de uma parcela de terreno; PG – 284203**

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** o apoio à Junta de Freguesia de **Martinchel na dispensa de pagamento de taxas no montante de 37,65€ (trinta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos), devidas por pedido de indicadores urbanísticos de uma parcela de terreno.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. – Apoio às Juntas de Freguesia de:

- c) - Bemposta referente ao reforço de verba do protocolo existente para manutenção e conservação da caldeira do Centro Escolar de Bemposta, no montante de 964,59€; PG - 284992

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** o apoio à Junta de Freguesia de **Bemposta referente ao reforço de verba do protocolo existente para manutenção e conservação da caldeira do Centro Escolar de Bemposta, no montante de 964,59€ (novecentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos).**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. – Apoio às Juntas de Freguesia de:

- d) - S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo com vista à realização do evento “Entre Margens”; PG – 293665**

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** o apoio à Junta de Freguesia de **S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo com vista à realização do evento “Entre Margens”, no montante de 500,00€ (quinhentos euros).**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 29 de setembro de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. – Apoio às Juntas de Freguesia de:

- e) - Carvalho para reparação da vedação e rede das balizas do campo de futebol; PG – 294567**

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** o apoio à Junta de Freguesia de **Carvalho para reparação da vedação e rede das balizas do campo de futebol, nos termos solicitados.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

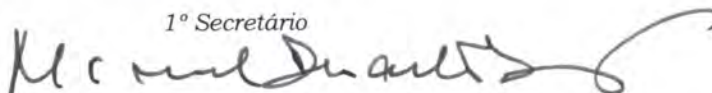
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos